

ATA da Reunião Ordinária Online do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/MA realizada em 14 de outubro de 2025 no auditório do Conselho Municipal de Saúde na Alemanha, São Luís-MA

No dia 14 de outubro de 2025, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/MA, realizou a décima reunião ordinária de 2025. Por causa das obras no CSU de Vinhais, o CONSEA se reuniu no auditório do Conselho Municipal de Saúde de São Luís (CMS-SLZ), situado na Rua da Vitória (Rua dos expedicionários), s/n, Caratatiua (Alemanha) e gentilmente cedida pela Mesa Diretora do CMS-SLZ. Na pauta constavam os seguintes itens: Informes de entidades e secretarias; Informe FMSAN; Atualização sobre o PAS-NE (SAF); VI+4 CESAN (Lista de municípios habilitados; número de pessoas delegadas estimado; Sistematização de propostas estaduais e nacionais; Programação da Conferência; Deliberação sobre o Regulamento da VI+4 CESAN; Equipes de trabalho; Moderação das mesas e grupos de trabalho); Relatos de Comissões; (Comissão de SISAN - deliberação adesões e permanência; Comissão PCT; Outras comissões ou GTs); Relato da reunião da CPCE e CONSEA Nacional; Relatório de viagem de monitoramento (Carutapera; Icatu); Programa de Sementes (SAGRIMA); Outros assuntos pertinentes; Apreciação da ata dos meses de agosto e setembro. Presenciaram a reunião, as e os conselheiras/os: **ASP-MA** - Jean Marie A. E. Van Damme (T e Presidente) e Maria José Pereira (S); **Ação da Cidadania** – Márcia Regina Cutrim de Carvalho (T); **CNBB** - Maria das Graças Araújo Santos (T); **CMTR** - Antônia Luana Macedo Moraes (T); **CMP** - Darlúcia Silva de Sá (S); **Clube de Mães de Pindoba** - Maria da Conceição de Almeida Ferreira Patrício (T e Secretária Geral); **CENTRO NEGRO COSME** - Maria do Rosário Silva Rodrigues (T); **CEBs** – Maria do Carmo Mendes (S); **CEPRODC** - Maria Helena Silvestre da Silva (S); **IASD** - Kurt Clájus Oliveira (T) e Ivanilde Soares Santos (S); **MNPR** - Arivaldo Leite de Souza Júnior (S); **SINTSPREV** - Margarida de Jesus Santos da Costa (T) e Maria Mirian Penha Leal (S); **SINDSEP** - Francisco José Farias Diniz (T); **SEDES** - Luís Fernando Amorim Pereira (T e Secretário Executivo) e Pedro Henrique Laerte Santos (S); **SES** - André Vinicius Nunes Lopes (S); **SETRES** – Rosemeire Rabelo Moreira (S); **SEDIHPOP** – Gilvan Alves da Silva (S); **MDA** – Vicente Carlos de Mesquita Neto (S); **CONAB** - José Carlos Lima Feitosa (S). Diana Messala Monteiro e Suzana Borba (SEDUC) justificaram sua ausência por estarem envolvidas com a Semana Mundial da Alimentação em escolas. Também José Marques justificou ausência. Ainda estiveram presentes: Fabiola Diniz (SEDES/CAISAN), Ronei Viegas (SAGRIMA), Ricarte Almeida Santos (SAF) e Vitor Prazeres (SEIR). O presidente abriu a reunião acolhendo as pessoas já presentes às 9.20 h, pediu ajuda da Secretária-geral, Concita da Pindoba, para conduzir a reunião, afim de poder se dedicar mais ao registro da ata e franqueou a palavra para os informes. **1. Informes de entidades e secretarias.** A) Darlúcia (União por Moradia Popular) informou que no dia 15 de outubro sero realizada em Brasília, o Fórum Nacional de Participação Social. B) Gilvan (SEDIHPOP) falou dos 40 anos de Projeto Carajás. Está sendo elaborada uma proposta de Mesa de Diálogos sobre os Impactos que este megaprojeto trouxe para a região. Estava previsto para os dias 13 e 14 de outubro, inclusive com uma visita aos povoados de Taim e Cajueiro. Por causa da violência que aconteceu em Parauapebas nos últimos dias, o evento foi suspenso pelo Governo Federal. C) João Maria ainda falou sobre o que estava acontecendo com a articulação Interconselhos. Com o desmonte da equipe que dava suporte à diretoria, da qual ele foi eleito com presidente, a programação pensada para este final de ano estava prejudicada, especialmente a

CONSEA/MA – R.O.  
Ata de 2025.10.14 – Pág. 1

qualificação do controle social sobre orçamento público. Três importantes processos foram bruscamente interrompidos, acrescentou Gilvan, o Orçamento Participativo, a Conferência Estadual de Direitos Humanos e o Interconselhos. João Maria sugeriu que o CONSEA fizesse um pronunciamento a respeito. D) Meire (SETRES) anunciou a realização de dois eventos importantes: um seminário nacional sobre Economia Solidária nos dias 05 e 06 de novembro no Sindicato dos Bancários e o Encontro do Nordeste de mulheres catadoras de recicláveis nos dias anteriores, 03 a 05 de novembro na Oasis, com a presença da Ministra Márcia Lopes do Ministério das Mulheres e Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente. E) Luana (CMTR) falou da assembleia da CMTR, que foi adiada por causa de alterações no Estatuto da entidade. Com a presença da Concita, foi realizada no dia 29 de setembro um encontro de agriculturas, onde participaram ainda a CONAB, o SENAR, Sindicatos e outras organizações. F) Fabiola Diniz (CAISAN) reportou-se às oficinas sobre permanência no SISAN e elaboração dos Planos Municipais de SAN. Foram realizadas nos dias 23 e 24 de setembro com participação de 51% dos municípios convidados. Participaram 65 municípios, inclusive alguns enviando o seu presidente de COMSEA. João Maria completou o informe colocando que a secretaria do Conselho está empenhada em atualizar os contatos com os presidentes no grupo da CPCM. G) Concita reforçou que estes contatos devem ser constantemente atualizados. Através deste grupo, os/as presidentes devem ser instruídos/as sobre o papel dos conselhos municipais no monitoramento da Política de SAN. Fez o convite aos conselheiros/as para que participassem da entrega de produtos no âmbito do PAA/CONAB que o Clube de mães realiza quinzenalmente, no CRAS e na Casa Florescer em Paço de Lumiar. Queixou-se de um vereador que aparece numa foto, como se ele estivesse distribuindo os produtos, enquanto que as/os verdadeiros/as produtores nem aparecem ou são citados. Completou que, após monitoramento da qualidade de produtos fornecidos ao PAA/CONAB, a qualidade, que não era boa, melhorou. Os produtos entregues para pessoas em vulnerabilidade não podem ter qualidade menor do que as entregues para outros grupos da população. H) José Carlos (CONAB) informou que os pagamentos para quebradeiras de coco, referente ao ano de 2023, estavam sendo regularizados. I) Concita ressaltou a necessidade de maior formação para COMSEAs, porém sem recursos, tornou-se impossível realizar, este ano, as formações previstas de forma presencial para presidentes municipais. Fabiola acrescentou que muitos municípios estão solicitando capacitações sobre o SISAN, após terem realizado sua adesão. João Maria sugeriu que seja dada maior atenção à formação e capacitação e que o Conselho no seu próximo mandato, elabore um programa de formação para COMSEAs. **2. Relatórios de viagens de monitoramento.** Graça pediu que o relato da viagem para o litoral ocidental (Carutapera-Cândido Mendes) fosse deixada para outro momento, visto que nem Arivaldo Júnior, nem Pedro estavam presente. João Maria relatou sobre a viagem para Icatu, onde o CONSEA foi convidado para participar de um encontro de trabalhadores rurais, cujo tema era o enfrentamento das mudanças climáticas. Cerca de 80 trabalhadores, entre eles muitos jovens, vindos de vários municípios da região do Munim (até de Santa Rita) participaram, além de organizações governamentais e não governamentais. **3. CPCE e CONSEA Nacional.** João Maria relatou brevemente o que aconteceu na reunião bimensal do CONSEA Nacional e da CPCE, realizada nos dias 07 e 08 do corrente mês. O tema desta vez foi o orçamento federal da Política de SAN. Como sempre, alguns ministros estiveram presentes na abertura. Desta vez foram os ministros Márcio Macêdo (Gabinete da Presidência da República) e Osmar Rocha, que substituiu o ministro Wellington Dias que estava em viagem no exterior. Notório foi a ausência dos ministros Haddad (Fazenda) e Tebet (Planejamento) que tinham confirmado presença, porém não compareceram. A mesa diretiva e a secretaria do CONSEA reconheceram que não renovaram lembrança aos gabinetes dos ministros sobre o compromisso com o Conselho. Após as falas dos ministros, a palavra foi passada para Natália (INESC) que fez uma exposição sobre o Orçamento Federal. O INESC apurou que em 2024 a renúncia fiscal impactou em R\$ 544 bilhões; de isenção de impostos, outros R\$ 220 bi deixaram de ser coletados. A evasão fiscal para paraísos fiscais ou ocultação de valores reais através de manipulação de preços no comércio, estima-se que outros

CONSEA/MA – R.O;

Ata de 2025.10.14 – Pág. 2

R\$ 780 bilhões deixam de ser repassados como impostos. Enquanto os ricos se esquivam da tributação, os impostos são principalmente cobrados do trabalho e do consumo. Falou do travamento das despesas do governo pelo Congresso, quando se trata de Políticas Sociais, dentro das quais a Agricultura Familiar. Wanderson informou que os recursos para o PAA em 2025 foram reduzidos de R\$ 1,6 bi para R\$ 700 milhões em 2026. A tarde foi a vez de Valéria Burity para apresentar os dados financeiros nos programas que constam do III Plano Nacional de SAN (PLANSAN) e os impactos negativos sofridos por causa da obstrução do Congresso. Falou do PAA (MDS e CONAB) que sofreram uma redução na sua dotação e foram impactados pelo bloqueio de recursos. Falou ainda sobre cisternas (que devem chegar a 100.000 até o final do ano), do Fomento Rural, das Cozinhas Solidárias e da Distribuição de alimentos (cestas) para casos de emergência. Na manhã do dia 08/10, a CPCE se reuniu respectivamente com duas outras Comissões temáticas. A tarde, as CTs apresentaram seus relatórios e apresentaram as suas propostas de recomendação. Ressaltou que Pedro Pontual veio fazer um pré-lançamento do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas e que foram distribuídos exemplares do Manual MROSC. Cópias de ambas as publicações se encontram na biblioteca do CONSEA para consulta. Finalizou dizendo que fez duas intervenções durante a reunião, uma propondo fazer uma comparação entre recursos executados em 2024 e os orçados para 2026, para a agricultura familiar de um lado e para a política agrícola destinada ao agronegócio do outro. Na outra falava sobre os avanços na estruturação do SIAN no Maranhão, graças à cooperação entre CAISAN e CONSEA, mas que por outro lado coloca como desafio o funcionamento efetivo da política no Estado. Vicente observou que soa muito estranho o Maranhão não sair dos índices negativos de insegurança alimentar, apesar da institucionalização da política, dos programas implantados e do alto volume de recursos destinados a Restaurantes Populares e PAAs. Afirmou que muitos trabalhadores rurais não têm acesso aos recursos. Em outros tempos, políticas estruturantes como o FUMACOP, as sisteminhas (da EMBRAPA - solução tecnológica apropriada para pequenos espaços, em áreas urbanas e rurais <https://www.embrapa.br/meio-norte/sisteminha> (N.R.) e outras iniciativas tiveram impacto direto no combate à fome. Concita corroborou com a observações do Vicente. Há muitos programas e recursos investidos, no entanto, a fome não está diminuindo. Vicente ainda lembrou da atuação do ICMBio e seus efeitos no Maranhão. Darlúcia se referiu ainda aos desvios denunciados na imprensa sobre o seguro defeso. Luís Fernando recordou os dados sobre INSAN no Estado e contrapôs que houve diminuição da insegurança grave no Estado. Pelas últimas pesquisas, 35,2% da população maranhense ainda sofre de algum tipo de insegurança alimentar. Este percentual era de 43,6%. Portanto diminuiu. O Maranhão saiu do segundo último lugar e está no sexto. Portanto, melhorou. Mas a pergunta porque a fome persiste é pertinente e deve ser levada a sério. Mas é inegável que os programas de combate à fome do Governo Federal de Lula melhoraram a situação. **4. Relatos das Comissões.** A) João Maria apresentou dois relatórios, do dia 03 de outubro e do dia 10 de outubro. Na primeira reunião – ampliada – tratou-se principalmente de encaminhamentos da VI+4 CESAN. Será assunto de outro ponto de pauta. Dela participavam Luís Fernando Amorim, Fabiola Diniz, Josanira da Luz, Kurt Clajus, Meire Rabêlo, Gilvan Alves, Francisco Farias, Graça Araújo, João Maria Van Damme, Luana Carolina e Alexandrina Aguiar. Foram debatidos os seguintes aspectos: Municípios aptos para participar da VI+4 CESAN e possível número de pessoas delegadas; Sistematização das propostas; Regulamento do evento; Proposta de programação; Equipes da organização do evento. A segunda reunião (10/10), com a participação de Luís Fernando Amorim, Fabiola Diniz, Pedro Learte e João Maria Van Damme. Estavam presentes ainda Luana Carolina e Alexandrina Aguiar, tratou de Processos de Adesão dos Municípios: Turilândia, Gonçalves Dias, Amarante do Maranhão, Axixá e Morros, dos procedimentos para análise dos municípios que estão solicitando a sua permanência no Sistema, através da Plataforma ADESAN; do Encontro de SISAN para Conselheiros em Salvador-BA (29-30/10/-2025); e de proposta de adiamento da VI+4 CESAN. Quanto aos municípios em processo de adesão, João Maria observou que no COMSEA de Axixá tinha sido eleita uma entidade de Presidente Juscelino.

CONSEA/MA – R.O;

Ata de 2025.10.14 – Pág. 3

Foi apurado, no entanto, a partir do próprio Estatuto da entidade que é organização de pescadores e trabalhadores rurais, cobra uma área de vários municípios e tinha sede em Axixá. Observou ainda que seria uma entidade a ser convidada para o Fórum SAN e a ser candidata para o CONSEA/MA. Amarante, na Portaria de nomeação de conselheiros constavam duas datas, uma antes da realização da eleição das entidades. Foi esclarecido que houve equívoco na primeira data e que o que vale era a de assinatura. Após sanar estas e outras pendências e constatado quórum legal para deliberação, as cinco solicitações foram aprovadas e o presidente emitirá as Resoluções respectivas e as encaminhará para a CAISAN. **5. VI+4 CESAN.** Luís Fernando explicou que, por causa de trâmites entre diversos órgãos do Estado sobre liberação de recursos, pediu que o CONSEA aprovasse um novo adiamento da Conferência, para os dias 10 e 11 de dezembro. Gilvan e Meire fizeram a mesma indagação: há recursos e como será realizado o pagamento no mês de dezembro, quando a caixa do governo estará fechada. Luís Fernando respondeu que os recursos estavam garantidos, que o processo é meramente burocrático e que há possibilidade de executar pagamentos no mês de dezembro. Posta em votação, a alteração da data da Conferência para os dias 10 e 11 de dezembro foi aprovada. Em seguida, João Maria leu a proposta de Regulamento da Conferência. Após a inclusão de emenda sobre encaminhamento das moções, o Regulamento foi aprovado. Quanto à sugestão de programação, Concita observou que era bom incluir apresentações culturais. Foi aprovado que aconteceria a apresentação de um sanfoneiro durante o jantar do primeiro dia (10/12). A tarde, continuaram as deliberações sobre a Conferência. Para moderação das mesas de prestação de contas das secretarias se apresentaram Kurt Clajus, Francisco, Margarida e Concita. Foram levantados nomes para coordenação e relatoria dos grupos de trabalho, mas Darlúcia, Luana e Ivoneide (se não estiver viajando) já se colocaram à disposição. Será aberta inscrição para quem se apresentar para este serviço. Já foram apresentados nomes para a equipe de recepção e hospedagem. **6. Plataforma ADESAN – Permanência.** João Maria apresentou uma proposta de análise pelo CONSEA da documentação dos municípios anexada na plataforma. Colocou os seguintes itens: data da adesão, última ata do COMSEA, conferindo o nome do/da presidente com os dados referentes na própria plataforma; data de mandato do COMSEA e situação do PLAMSAN. Na plataforma, o botão “reprovado” foi substituído por “em análise”. Apresentou os dados apurados de onze municípios. Depois da apresentação, Fabiola observou que houve alguns equívocos na análise, acerca de Planos Municipais de Bom Jesus da Selva, Bequimão e Balsas. João Maria reconheceu o erro e consertará os dados. Elaborará uma proposta de Resolução, que será apresentada e apreciada na próxima reunião do CONSEA. Fabiola continuou que há uma dificuldade grande com os municípios que vivem trocando a Política de SAN de uma secretaria para outra – especialmente da assistência Social para a Agricultura – e colocam pessoas coordenadoras que nada entendem da Política intersetorial. Muitas vezes falta ainda desconhecimento sobre existência e função do COMSEA. Muitos municípios pedem e precisam de capacitações. No Maranhão, 116 municípios precisam fazer o processo de permanência no SISAN. João Maria sugeriu que fosse elaborado uma cartilha especificamente de orientação para os COMSEAs e um passo a passo focando para permanência, que só resumidamente aparece no passo a passo da adesão. Concita observou que muitos COMSEAs perguntam como devem fazer o monitoramento. Há diferenças entre monitorar os equipamentos na cidade (área urbana) e os programas em execução na área rural. O COMSEA apenas monitora o PNAE, mas quem deve fiscalizar é o CAE. Grande parte dos conselheiros dos municípios são indicados por conveniência com o poder político, para não contrariar ou fazer crítica à gestão. Não é apenas desconhecimento, mas grande parte do não funcionamento é por conveniência. Ela percebia isso com frequência nos municípios que acompanha em função do Selo Betinho. A plataforma do Selo monitora 26 metas e inclui fotos e vídeos que devem comprovar as metas atingidas pelo Município. Luís Fernando colocou que no próximo ano, a Política de SAN fará 19 anos. A plataforma ADESAN pede muito pouca coisa e não dá uma boa percepção sobre como o sistema funciona nos municípios. Atas e documentos anexados não retratam de forma fidedigna a realidade. O SISAN é um sistema

CONSEA/MA – R.O;  
Ata de 2025.10.14 – Pág. 4

diferente comparando com SUS e SUAS, onde há repasse de recursos fundo a fundo. Há pactuação e cofinanciamento. No SISAN não existe esta pactuação. Há necessidade de muita capacitação para os municípios, porque o processo de consolidação da política de SAN está ainda iniciando, é uma política nova. E as capacitações, por causa da grande rotatividade das pessoas, deve ser permanente. Rosinha se queixou de que os conselheiros dos COMSEAs não recebem as informações que precisam e que devem ter para exercer suas funções. Os municípios costumam não reconhecer a importância dos Conselhos. Fabiola explicou que em cada município tem uma pessoa responsável para o cadastro na plataforma. Algumas vezes é o prefeito, outras o coordenador da Política de SAN. Foram feitas diversas sugestões para a CAISAN Nacional, a respeito da plataforma e uma pode ser colocar alguém do COMSEA ter senha de acesso para acompanhar. Parece que hoje é o Poder Público que organiza e controla a Sociedade Civil, enquanto deveria ser justamente o contrário: as entidades da sociedade civil se organizarem para controlar o Poder Público. Concita, respondendo a Rosinha, sublinhou que a CAISAN deve informar o COMSEA, inclusive sobre a inserção dos documentos na Plataforma. Graça reiterou que a Política é pouco conhecida pela sociedade civil. Concita opinou que as informações sobre o SISAN que são cobradas na Plataforma, são suficientes para se ter uma ideia sobre seu funcionamento. Mas cobrou a atualização constante dos dados, como portarias de nomeação, atas de reuniões e outros. Sugeriu que o COMSEA em ofício circular esclareça para os gestores municipais e para as entidades a importância dos COMSEAs, seu papel e sua relação com a CAISAN. **7. PAS Nordeste (Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis nos Territórios do Nordeste).** A apresentação foi feita por Ricarte Almeida, secretário adjunto da SAF (Secretaria de Agricultura Familiar) ilustrada mediante um PowerPoint. O Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis nos Territórios do Nordeste (a PAS-Nordeste) começou a ser discutido pelo Consórcio dos Governadores dos Estados do Nordeste durante a pandemia da COVID-19. Ele se configura como uma estratégia de integração de políticas públicas com o objetivo de ampliar a produção e o consumo de alimentos saudáveis na região Nordeste do Brasil. O programa busca fortalecer a agricultura familiar, promover a segurança alimentar e combater a pobreza, impulsionando o desenvolvimento sustentável e solidário e está alinhado com a Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB). Iniciou com a Resolução 009/2020 de 31 de julho de 2020 do Consórcio Nordeste de Governadores. Há participação do Governo Federal através da Secretaria Geral da Presidência da República – SGPR; do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA; do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS; do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR e do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM. Por que foi elaborado este Programa, quais são as suas motivações? São diversos os motivos: para mitigar os impactos das mudanças climáticas na produção de alimentos; garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, fomentar a agricultura familiar como garantia para a segurança alimentar; para combater a insegurança alimentar e a fome, incentivar práticas agroecológicas e valoriza a sociobiodiversidade; pretende promover a integração de políticas públicas e resgatar e aprimorar experiências bem-sucedidas (cf. Insegurança alimentar e nutricional em grupos vulneráveis [recurso eletrônico] : agricultores familiares, indígenas, quilombolas, população em situação de rua, população ribeirinha, imigrantes e refugiados, LGBTQIA / Dayane de Castro Morais ... [et al.] -- Viçosa, MG : UFV, IPPDS, 2024). Como objetivo geral, o Programa formulou: Ampliar a produção e o consumo de alimentos saudáveis nos Territórios da Cidadania do Nordeste brasileiro frente aos desafios das mudanças climáticas, articulando e integrando políticas públicas, orientado pela Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB). E como objetivos específicos: Implementar a Governança territorial participativa; Organizar territorialmente os agentes de ATER; Utilizar o crédito rural, adequadamente; Fazer uso das práticas que elevem a disponibilidade de alimentos; Fortalecer a Participação social; Efetivar o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (PLANAAB) nos territórios; Desenvolver as potencialidades econômicas dos territórios; Fortalecer abastecimento e comercialização; Fomentar tecnologias e práticas

CONSEA/MA – R.O;

Ata de 2025.10.14 – Pág. 5

inovadoras; Fortalecer a capacidade de adaptação e a resiliência dos sistemas de produção. Alguns conceitos precisavam ser melhor definidos: O território como um conjunto de relações sociais, econômicas, culturais e ambientais interconectadas; esta abordagem territorial busca integrar as dimensões local e global, promovendo um desenvolvimento adaptado às particularidades de cada território. A governança territorial é essencial para coordenar políticas públicas e promover a participação social nas decisões. A governança territorial pressupõe a construção de um diálogo entre diversos atores, visando a um desenvolvimento equilibrado e inclusivo. O PAS Nordeste adota uma abordagem multidimensional, articulando focos temáticos, geográficos, operacionais e metodológicos. O foco temático consiste na produção e consumo de alimentos saudáveis ou "comida de verdade"; o geográfico visa uma abrangência dos nove estados da região Nordeste, priorizando os Territórios de Identidade; o foco operacional articula a participação social, a integração de políticas públicas, a cooperação inter-federativa e a articulação entre campo e cidade; no foco metodológico deve ser instituída a Agenda Territorial de Ações Estratégicas – AGTER, como estratégia operacional. Esta Agenda Territorial de Ações Estratégicas (AGTER) é o foco operacional inicial do PAS Nordeste organizada em: Ações Integradoras Básicas e Ações Integradoras Especiais. As Ações Integradoras Básicas são essenciais e devem ser implementadas em todos os territórios, planejada para os primeiros dois anos do programa, com o objetivo de promover ações integradas nos territórios para obter resultados de curto prazo, as chamadas "primeiras vitórias". Ações Integradoras Especiais são adaptáveis às condições locais. Nas Ações Básicas Integradoras estão previstas seis etapas: O Roteiro de Governança Territorial; Rede territorial ATER; Plano SAFRA territorial; Estratégia Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional; Jornada de Participação, Formação e Comunicação Territorial; Plano Territorial de Abastecimento Alimentar. As etapas para as Ações Integradas Especiais são: as Rotas de Dinamização Econômica Sustentável; Circuito Territorial de Abastecimento e Comercialização; a Via Territorial de Inovação; Trilha de Sustentabilidade e Resiliência Climática; e outros. Alguns projetos indutores já foram traçados. Os Projetos Indutores são iniciativas que catalisam transformações significativas nos territórios. Eles são replicáveis e escaláveis, servindo como referência para outros territórios. Projeto de Desenvolvimento da Avicultura Caipira Familiar de Postura (Projeto Ovo Limpo) - (vinculado às Rotas de Dinamização Econômica). Projeto de Quintais Produtivos (vinculado à Estratégia Territorial de SAN). Implantação de Central de Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar do Território (CD-PAF Territorial) (vinculado ao Plano Territorial de Abastecimento Alimentar). Projeto do Circuito Nordestino de Feiras da Agricultura Familiar e Economia Solidária (vinculado ao Circuito Territorial de Abastecimento). Projetos de Mecanização da Agricultura Familiar - Pronaf Mais Alimentos (vinculado à Via Territorial de Inovação). O PAS Nordeste é flexível para a incorporação de novos projetos ao longo de sua execução. Algumas atividades iniciais relacionadas à Governança Territorial e Participação Social são: Reconstituição dos CODETER inativos e ajustes dos ativos; Definição da Estrutura Interna dos Colegiados Territoriais; Definição da Coordenação Territorial do PAS Nordeste; Identificação dos agentes de ATER (públicos, privados, ONG); Constituição da Rede Territorial de ATER; Identificação de integrantes, de preferência um por município e constituição. Para cada ação foram também traçadas metas para os anos 2025 e 2026. Rede Territorial de ATER constituídas e ativas (81 redes formadas em 2026 com 1.820 técnicos). Cobertura da ATER para os Agricultores Familiares (7% em 2025 e 30% em 2026). Plano Safra Territorial elaborado e monitorado (81 planos em 2026 – R\$ 590 bi para o agronegócio e R\$ 89 para a Agricultura Familiar; 80% dos recursos vão para a soja e gado de corte e passam pelos bancos. O Plano Safra Territorial não passa pela avaliação por bancos, mas são os territórios que vão dizer onde e para quem dar os créditos). Valor médio das operações do Pronaf por beneficiário (2025: R\$ 9,500,00 e em 2026: R\$ 20.000,00). Incidência do valor do Pronaf Agroecologia, Mulher e Jovem sobre o Total (se eleva de 2.3% em 2025 para 20% em 2026). Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) ((sobe de R\$103 bi em 2025 para R\$ 120 bi em 2026). Índice de Insegurança Alimentar Grave (severa) da população (Redução de 22,9% em 2025 para 10% em 2026). Seguiu um quadro resumo das

CONSEA/MA – R.O;  
Ata de 2025.10.14 – Pág. 6

atividades da Rede Territorial de ATER e do Plano Safra. Em outro quadro foram apresentados os prazos. Há várias instâncias de gestão do PAS-Nordeste: o Comitê Gestor Nacional (com participação social) e o Núcleo Técnico Nacional; o Comitê de Articulação Estadual (composto de 19 representantes dos territórios, com participação do CEDRUS e do CONSEA.; o Núcleo Técnico Estadual composto pelo CODETER e os núcleos técnicos territoriais. Os núcleos técnicos das três esferas – nacional, estaduais e territoriais estão entrelaçados. O programa iniciará em 2025 com a seleção de 81 territórios, incluindo aqueles que participaram do Programa Territórios da Cidadania (PTC) e do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC). No estado do Maranhão serão trabalhados nos 08 territórios: Baixo Parnaíba, Lençóis Munim, Cocais, Baixada Ocidental, Campos e Lagos, Itapecuru, Alto Turi e Gurupi. Os territórios selecionados já são reconhecidos e homologados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), vinculado ao MDA. No Maranhão, apenas 3% dos projetos de agricultura familiar contam com ATER. Deve ser ampliado através da capilaridade da AGERP. Até dezembro deste ano, a Rede ATER e o Plano SAFRA devem estar organizados, mas antes disso, os colegiados devem estar articulados. Depois da detalhada explanação de Ricarte, foi aberto um debate com as/os conselheiros/as. Concita expressou sua preocupação com a PAS, onde visa articular a distribuição de alimentos. Mas questionou as perspectivas para a comercialização da produção da Agricultura Familiar. Quem vai fornecer e a quais preços? Afirmou que os excedentes da produção local para programas e para as feiras organizadas pelos governos, não são absorvidos e se perdem. Isso leva a um descrédito do produtor. Ele não quer produzir para sofrer perdas. Não encontra formas de escoamento e leva às vezes produtos de volta pra casa. Além disso, o PROCAF enfrentou muitos entraves que devem ser resolvidos. Meire (SETRES) confirmou que nas suas viagens para o interior encontrou muitas estradas intransitáveis, dificultando o transporte dos produtos da Agricultura Familiar e da produção da economia solidária. Luís Fernando ajustou o índice de insegurança grave no Maranhão, que pelas últimas pesquisas era de 4,8%. Aprovou a volta da política com visão para os territórios. João Maria questionou as atividades programadas para 2026 e como as eleições podem ter impacto no alcance do PAS neste ano eleitoral. Gilvan (SEDIHPOP) também ressaltou a importância da retomada da política territorial. Esta visão sobre territórios demorou deslanchar, mas parece finalmente poder ser implementada. Lembrou o que estava sendo discutido na Rede de Educadores nos anos dos primeiros governos Lula. Sem voltar àquele momento anterior, a política deve andar por outros caminhos. Se expressou preocupado também com o próximo ano, que considerou um ano perdido para a implementação da PAS-NE. Além do mais, há uma necessidade premente de que as instâncias governamentais sejam integradas, o que não aconteceu numa experiência por ele presenciado no Baixo-Parnaíba. Agências e instâncias como AGERP, ASA, BNB, Programa Arroz da Gente e outras parecem ter cada uma sua dinâmica sem nenhuma coordenação entre elas. Na sua resposta, Ricarte esclareceu que a Ação Estratégica 2 prevê a implantação de um Centro de Abastecimento em cada território para atender às necessidades de comercialização. A questão das estradas é realmente um gargalo a ser enfrentado, assim como a mecanização, o próprio transporte da alimentos e o seu armazenamento. Enquanto a Bahia fez grande progresso na certificação de produtos industrializados artesanais, o Maranhão comercializa 90% da sua produção *in natura*, sem nenhum beneficiamento. Ai mesmo tempo, enfrenta uma veloz expansão do agronegócio. No Estado, ainda há quase 40% da população ativa empregada na Agricultura Familiar, o que justifica a implementação de políticas de apoio a ela. Mas ações dependem muito da sociedade civil, da mobilização social e também dos bancos. Pode haver algum impacto das eleições, mas é preciso fortalecer a resistência contra o avanço da direita, porque com ela no poder, a PAS-NE deve recuar. Há uma grande necessidade de Educação Popular em nosso Estado. Muitas coisas podem ser feitas em 2026, muitos projetos podem avançar. É preciso discutir o Plano Safra da A.F. na base com os agricultores. Ivanilde lembrou do IICA (Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura) como parceiro para a implementação da PAS-NE. Percebeu nas suas andanças no interior, que muito poucos técnicos a disposição da Agricultura Familiar. Os da

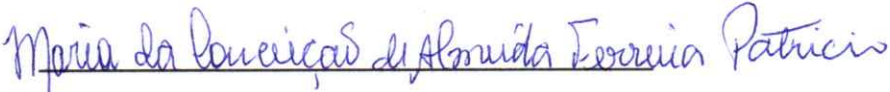
CONSEA/MA – R.O;  
Ata de 2025.10.14 – Pág. 7

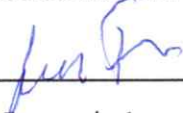
AGERP são poucos, mal remunerados e sem transporte para fazer um serviço de qualidade junto aos trabalhadores rurais. As prefeituras pouco se importam com a agricultura familiar. Uma proposta importante seria fazer seletivos para ampliar a contratação de técnicos agrícolas. Uma discrepância quando se compara com o SENAR, que tem um técnico para 25 produtores do agronegócio. Ricarte respondeu que o diagnóstico proposto deve fazer este levantamento. Uma rede de assistência técnica deve ser montada. E esta rede não pode ter a antiga EMATER como parâmetro. Deve ser algo diferente. Rodos estes gargalos devem ser enfatizados no diagnóstico. Meire quis saber mais detalhes sobre a construção de apenas oito planos quando tem mais territórios. Ricarte respondeu que a Estratégia já estava em campo, um primeiro CODSETER já estava em formação no Baixo-Parnaíba, mas todos os territórios serão contemplados, de acordo com um cronograma. João Maria informou que o CONSEA já participou de reuniões do Comitê do Programa. Concita lembrou que já foram indicados dois conselheiros para este Comitê. **8. PAA CONAB.** O presidente apresentou solicitações dirigidas ao CONSEA para emitir uma declaração sobre a atuação e compromisso de acompanhamento de entidades no bojo do PAA-CONAB. Solicitações neste sentido foram recebidos de organizações nos municípios de Raposa, Viana e Trizidela do Vale. Ressentia elaborar uma Declaração, visto desconhecer as entidades solicitantes, ao mesmo tempo que o CONSEA/MA não ter condições de monitorar os mais de 100 projetos do PAA-CONAB espalhados no Maranhão. Queria o aval do Plenário para emitir a declaração ou não. Achava que seria mais um papel dos COMSEAs do que o Conselho Estadual. Zezé Costa concordou que seria falta de seriedade emitir os documentos e sugeriu orientar os Conselhos Municipais a assumir esta responsabilidade. Concita por sua vez, concordou de que os Conselhos Municipais apresentem seu parecer. Uma das condições da implementação do PAA-CONAB era ter o SISAN e seus componentes instalados no Município. O COMSEA deve conhecer o Projeto, a entidade que o apresenta e acompanhar a compra e venda dos produtos. Apoiou a ideia de chamar os Conselhos municipais para uma reunião online, para explicar as suas responsabilidades: conhecer o projeto, a entidade, emitir seu parecer e monitorar a execução. O Parecer (declaração) está relacionado ao Projeto. Rosinha colocou que em Imperatriz, uma entidade pediu a declaração do Conselho, que antes de mais nada pediu uma cópia do Projeto. João Maria sintetizou que se procura realizar uma reunião virtual para informar entidades e conselhos municipais sobre o fornecimento das declarações. **9. Atas de agosto e setembro.** O presidente colocou em apreciação as atas das reuniões ordinárias realizadas nos meses de agosto (virtual – no dia 12/08) e setembro (presencial – 16/09). Ambas foram encaminhadas com antecedência para as/os conselheiros/as e aprovadas por unanimidade sem nenhuma emenda. **10. Informa do Fórum maranhense de SAN (FMSAN).** Com a ausência de Josanira, coordenadora do Fórum, Graça Araújo deu o informe. Com o adiamento da data da Conferência, o Fórum decidiu realizar seu XI Encontro antes dela, como já aconteceu em outros anos. A data do Encontro foi fixada em 10 de novembro, segunda-feira antes da reunião ordinária do CONSEA. Ainda estava procurando um local, porque o auditório do CSU ainda não estará disponível. Há contatos com o MST, mas Concita colocou o Clube de Mães da Pindoba a disposição. O horário sugerido foi de 14.00 às 20.00 horas. Zezé perguntou quando seria a intervenção, para qual foi convidada. Darlúcia respondeu que a programação ainda estava sendo elaborada. Precisa haver uma articulação com Luís Fernando sobre alimentação. Há muito que avançar ainda na organização do Encontro. **11. Semana Mundial da Alimentação.** Luís Fernando informou que a Semana Mundial da Alimentação já começou com atividades em escolas no dia 13 e continua hoje e até sábado. No dia 15 (quarta-feira), haverá atividades nos Restaurantes Populares. Na quinta-feira, foram programadas atividades no Parque do Rangedor, inclusive para crianças. E sexta-feira, das 14.00 às 18.00 horas, será realizada um seminário no Palácio Henrique de La Roque, para o qual todas/os as/os conselheiros/as estavam sendo convidadas/os. **12. Viagens de monitoramento.** A) João Maria já apresentou seu relato na primeira parte da reunião. B) Graça Araújo fez um breve relato sobre o monitoramento na Baixada Ocidental maranhense, municípios de Carutapera, Luís Domingues, Godofredo Viana e Cândido Mendes. A equipe – Arivaldo Júnior,

CONSEA/MA – R.O;  
Ata de 2025.10.14 – Pág. 8

Pedro Learte e ela mesma – encontro diversas inconsistências na condução da Política de SAN, que serão especificadas no relatório de viagem. Foram dadas várias orientações para os COMSEAs. Nos Restaurantes Populares, o que angustiava, era a grande desperdício de alimentos. A equipe constatou que não há aproveitamento dos restos de comida, às vezes em quantidade considerável, ao término de servir as refeições e não pode ter por questões sanitárias. Mas encontrou também grande quantidade de produtos com data de validade vencida, inclusive de carnes nos freezers. É uma questão que deve ser tratada pela gestão dos RPs na SEDES. Em alguns Restaurantes, orientações de visitas anteriores tinham sido implementadas, como constará o Relatório. Houve poucas possibilidades de visitas a agricultores que produzem para os programas. Júnior sublinhou sua inconformidade com o tamanho do desperdício de comida, que acaba faltando na mesa de alguém. Denunciou que questões partidárias interferem na compra de alimentos de agricultores familiares pelos programas. Há claras interferências do poder público na escolha de conselheiros dos COMSEAs e na atuação deles. Sugeriu que fosse aumentado o monitoramento e a comprovação do funcionamento dos COMSEAs através de acompanhamento das suas reuniões de forma virtual. Concita disse estar à espera do Relatório de Monitoramento para a Mesa poder encaminhar para quem de direito, concordou com o acompanhamento de reuniões dos conselhos de forma virtual e defendeu a realização de reuniões presenciais com os presidentes dos COMSEAs (CPCM) no ano de 2026: C) Concita informou que por parte do CONSEA, tudo estava encaminhado para a visita ao município de Itaipava de Grajaú, esperando apenas a liberação de um carro de tração para adentrar em uma das áreas indígenas a serem visitadas. Já foram liberadas as diárias para Arivaldo Júnior e sr. Francisco. A conselheira Meire, por ser representante do poder público, teria que ter garantido suas diárias pela secretaria de origem (SETRES), que alega não dispor de recursos. Tem uma previsão de realizar a viagem nos dias 03 a 07 de dezembro. Seria importante articular com SEIR, SEDIHPOP ou SEDUC, para representar a CAISAN nesta viagem. Além de monitoramento das áreas indígenas, o monitoramento deve prever visitas à CAISAN, secretarias envolvidas e COMSEA local de Itaipava e o Ministério Público em Grajaú, que está acompanhando a questão. A Justiça Federal afirmou que a responsabilidade para a alimentação escolar indígena é o governo do Estado. Luís Fernando cobrou a entrega de relatórios por escrito, não só relatos orais na reunião. Estes relatórios devem ser encaminhados para a SEDES para as devidas medidas corretivas e providências. E confirmou que alimentos sobrando nos RPs, não podem ser reaproveitados ou distribuídos por questão de saúde pública. Finalizando a reunião às 17.20 h, eu, Jean Marie Van Damme, presidente do CONSEA/MA e representante titular da ASP-MA, lavrei a presente ata, que deve ser apreciada pelo Pleno do CONSEA na sua próxima reunião ordinária. São Luís, 14 de outubro de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
Jean Marie Van Damme  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Maria da Conceição de Almeida Ferreira Patrício  
Secretária Geral

  
\_\_\_\_\_  
Luiz Fernando Amorim  
Secretário Executivo

CONSEA/MA – R.O;  
Ata de 2025.10.14 – Pág. 9